

LEITURAS E QUADRO HERMENÊUTICO

Dominique Maingueneau*

RESUMO: Este artigo faz uma reflexão sobre a noção de leitura quando aplicada a textos pertencentes ao quadro hermenêutico, em particular textos literários, religiosos e filosóficos. Para caracterizar as diversas atitudes do leitor, será feita uma distinção entre “leitura” e “sobreleitura”. A leitura pode corresponder a duas práticas distintas: a “leitura contratual”, em que nos contentamos em ler o texto através de suas regras genéricas, e a “leitura hiperprotetora”, que ativamos ao ler um texto que faz parte do patrimônio cultural. Por sua vez, a sobreleitura conduz presumidamente à enunciação de um outro texto; no caso da “superleitura”, lemos para produzir fichas, resumos, resenhas... ; já a “hiperleitura” é um comentário cuja preocupação é buscar significações ocultas. Essa última prática é ilustrada pelo estudo do início do sermão de um pregador francês do século XVIII, N. Massillon.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos constituintes; quadro hermenêutico; leituras; sobreleitura .

INTRODUÇÃO

Todo aquele que ensina, seja a língua materna ou estrangeira, sabe que para os alunos há textos mais “resistentes” à leitura do que outros. Isso fica especialmente evidente com os textos literários, sem dúvida os mais solicitados no sistema escolar. Não se pode então tratar da “leitura” sem levar em consideração a diversidade pragmática dos estatutos dos textos em questão. Nestas breves páginas tentarei dar um pou-

* Universidade de Paris 12, França. Tradução de Maria Sabina Kundman.

co mais de consistência a essa evidência, introduzindo a noção de “sobrelitura”, a qual, por sua vez, implica a problemática dos “discursos constituintes” e a do “quadro hermenêutico.”

DISCURSOS CONSTITUINTES E QUADRO HERMENÊUTICO

A existência de uma categoria como a de “discurso constituinte” (Maingueneau & Cossuta, 1995; Maingueneau, 1999) apóia-se numa intuição banal: há em toda sociedade discursos que “impõem respeito”, que dão sentido à existência da coletividade, porque eles se confrontam com o Absoluto, invocam uma forma de transcendência. Além deles, não há mais do que o indizível. Esses discursos têm um funcionamento singular: zonas de fala entre outras e falas que acreditam estar acima de qualquer outra, discursos localizados sobre um limite e que tratam do limite, eles devem *administrar textualmente* os paradoxos que seu estatuto implica. Uma vez que, para poderem eles próprios outorgar-se essa autoridade, devem posicionar-se como ligados a uma Fonte legitimadora, sua existência lança com toda a acuidade questões relativas ao carisma, à Encarnação.

Através dos dispositivos enunciativos que eles tornam possíveis, os discursos constituintes articulam textualidade e espaço institucional. Ligam seu trabalho de *legitimação* à determinação de um *lugar* para um *corpo de enunciadorens consagrados*, e à elaboração de uma *memória*. Esses textos, cujo alcance é *global*, emergem de maneira essencialmente *local*: sua enunciação deve antes de tudo se submeter às regras particulares do campo do qual participam os grupos restritos que os produzem, fazem-nos circular e os gerenciam. É nesses grupos que se preserva e se reconstrói uma memória, que os enunciados podem ser avaliados em relação a normas compartilhadas.

Outra característica importante dos discursos constituintes é que eles implicam uma hierarquia entre os enunciados: alguns são

mais “prestigiosos” que outros, pois considerados em contato imediato com uma Fonte autenticadora. Uma assimetria essencial se instaura, assim, entre os textos “primeiros” e os que os comentam ou resumem, acompanham sua difusão e seu arquivamento. Alguns desses textos primeiros tornam-se arquitextos, verdadeiros monumentos destinados a uma exegese infinita. É assim com a *Ética* de Spinoza ou a *República* de Platão para a filosofia, os escritos de Santo Agostinho ou de São Tomás de Aquino para o discurso cristão, as obras de Shakespeare, Homero ou Proust para a literatura. Mas, inevitavelmente, o estabelecimento do cânon dos arquitextos legítimos é objeto de um incessante debate entre os posicionamentos concorrentes, cada um procurando impor seus próprios arquitextos e a interpretação que julga ortodoxa. Para apreender o funcionamento dos discursos constituintes é preciso tomar por unidade de análise o conjunto dessa hierarquia, partir do princípio de que se trata de um espaço de produção discursiva profundamente heterogênea: não é exterior à essência da literatura que ela seja assunto de manuais de ensino ou de diversos tipos de comentários na comunidade que se reúne em torno das obras de seu patrimônio.

Esses comentários supõem um quadro hermenêutico (Maingueneau, 1995), noção que articula instituição, hierarquia dos textos e comunidade de origem. Ler um texto dentro de um “quadro hermenêutico” implica

- que esse texto é digno de interesse, que é singular, extraordinário: através dele uma Fonte transcendente emite uma mensagem;
- que esta mensagem está necessariamente oculta;
- que ela trata de questões relativas aos fundamentos, o que direciona fortemente a natureza dos sentidos ocultos a ler;

- que é necessária uma exegese, uma “leitura” não imediata do texto para trazê-lo à luz: o comum dos mortais não tem acesso direto a ele.
- essa leitura pressupõe ao mesmo tempo: 1) técnicas que são objeto de uma aprendizagem; 2) uma relação privilegiada do leitor com a Fonte do texto. Mas aqui um debate recorrente opõe os que privilegiam a legitimação conferida pelo domínio de técnicas aos que privilegiam a experiência pessoal, o carisma.

Os textos tratados nesse quadro hermenêutico devem ser reputados como primeiros para que nos sintamos impelidos a interpretá-los, mas é preciso também que esses textos sejam fonte de interpretação para que possamos considerá-los primeiros... Um texto que não mais fosse objeto de interpretação deixaria de ser enigmático; o crescimento das interpretações aumenta a necessidade de interpretá-lo e torna-o cada vez mais inacessível. Por um lado, o intérprete deve aproximar-se ao máximo da Fonte para tornar-se legítimo e conseqüentemente enfraquecer o caráter enigmático do texto. Por outro lado, a fim de que sua interpretação tenha valor, é preciso que o texto seja para sempre inacessível. É preciso levantar o véu, mas o próprio desvendamento deve mostrar que nunca olhar nenhum estará à altura do que deve ser visto. A proliferação das interpretações se enraíza assim numa *reserva* constitutiva: por mais que os intérpretes façam, já está estabelecido que não poderão esgotar a mensagem.

Quer se trate da exegese religiosa, quer da exegese literária, a mensagem supostamente transmitida pelo texto ao hermeneuta não diz respeito às intenções comunicativas comuns, não pode estar relacionada com as normas que regem a comunicação verbal. Pois, justamente por pertencer aos discursos constituintes, o texto não tem “autor” no sentido usual: o “autor” só o é por ser ministro de uma Instância sem rosto. É porque a posição de autor não pode ser verdadeiramente ocupada que o texto está fadado às interpreta-

ções. Defasagem que, ao mesmo tempo em que destitui seu “autor”, confere autoridade à obra e exige intérpretes para ela.

Conseqüentemente, para um texto literário passível de entrar em um quadro hermenêutico, não há clareza senão enganosa: até os textos que parecem ser mais transparentes exigem do destinatário que ele extraia sentidos ocultos, pelo menos nas leituras regidas pelas instituições: sobretudo professores e críticos. A missão do verdadeiro intérprete é encontrar o lugar exato a partir do qual a clareza se obscurece e o texto deixa entrever o enigma que ele supostamente encerra. Na verdade, o quadro hermenêutico faz mais do que dizer que existe um sentido oculto, ele define em filigrana a natureza desse sentido oculto, que deve mobilizar referenciais últimos: o destino do homem, os poderes da linguagem, a missão da arte... Existe, a esse respeito, um conjunto de rotinas, estabilizadas fundamentalmente pelo sistema escolar, que permitem efetuar adequadamente explicações de texto, dissertações ou comentários nos jornais ou no rádio.

Os textos incluídos nesse quadro hermenêutico não podem ter falhas – não há senão falha dos intérpretes. Eles gozam de um estatuto que na pragmática chamaríamos de “hiperprotegido” (Pratt, 1977): podem tomar liberdades com as normas do discurso, sem que isso atente contra seu prestígio. Quaisquer que sejam as transgressões das leis do discurso ou das normas do gênero de que se possa acusar a obra, o quadro hermenêutico garante que, num nível superior, o erro seja apenas aparente, as exigências da comunicação são, num outro nível, respeitadas. O escritor que mostra em seu texto estar transgredindo uma norma do discurso, sabe que o destinatário vai normalmente recorrer a um mecanismo interpretativo comparável ao do subentendido, de forma a conciliar essa transgressão com o presumido respeito às normas. Assim, ele pode confiar no quadro hermenêutico, ao qual espera que sua obra pertencerá: ele aguarda que o leitor modelo faça o esforço de extrair os implícitos necessários para conciliar as transgressões das normas interacionais com o postulado de que, de qualquer forma, o princípio de

cooperação será respeitado. Era assim que, por um paradoxo apenas aparente, na mesma medida em que os autores do Novo Romance solicitavam o quadro hermenêutico e a instituição literária, diziam estar se libertando das “convenções do romanesco tradicional”.

“LEITURA” E “SOBRELEITURA”

Não é difícil constatar que o termo “leitura” não é unívoco, tão logo nos defrontamos com textos literários: simples processo de decifração de um texto escrito ou verdadeira interpretação. V. Descombes destaca essa ambigüidade quanto às duas maneiras de ler o início de *Em busca do tempo perdido*:

Não há razão filosófica para compreender a frase “Durante muito tempo, costumava deitar-me cedo”^{**} de maneira diferente da usada habitualmente. *Em Busca* não é apenas um *texto*. Podemos certamente fingir que para nós seja apenas isto: um texto, um segmento do que está conservado na Biblioteca Nacional. Na realidade, não lemos *Em Busca* como leríamos um trecho vindo não se sabe de onde, ou extraído arbitrariamente dos arquivos. Em geral, lemos o romance de Proust na edição da Biblioteca da Pléiade (seção do século XX), portanto, como um clássico da literatura. As perguntas que estamos fazendo não se referem apenas ao sentido do texto, mas ao sentido da obra, do livro composto por Proust. Em outras palavras, na maioria das vezes nosso problema não é o de saber o que significa a inscrição com a qual o texto começa (“Durante muito tempo, costumava deitar-me cedo”), mas o que significa o *fato* de Proust ter escrito essa frase no começo de sua narrativa. Mais uma vez falaremos aqui de “leituras” para designar as diferentes maneiras de ler a obra. (1987, p. 9-10)

Para trazer um pouco de clareza, distinguirei:

- as leituras que a) são individuais, b) que se esgotam de certa forma na sua própria atividade;
- as sobreleituras que a) estão inseridas em práticas institucionais, b) levam à produção de um novo texto.

^{**} N.T.: Tradução do fragmento aspeado por Mário Quintana: Proust, Marcel, *O caminho se Swann. Em busca do tempo perdido*. Porto Alegre, Globo, 1957, 2ª ed., p.11.

– As leituras

• A **leitura contratual** é o modo de leitura fundamental, a atividade pela qual contentamo-nos em aceder a um texto seguindo as regras impostas pelo gênero em que está classificado quando o lemos. Quer se trate de um jornal, de uma publicidade, de uma carta, de um romance de espionagem, de uma receita de cozinha, o leitor modelo espera que certas normas sejam respeitadas e ajusta, conseqüentemente, suas estratégias de deciframento. Mas essas leituras prescritas pelo contrato genérico não presumem evidentemente leituras reais.

• A **leitura hiperprotetora**, por sua vez, é a do leitor que lê, sabendo que o texto que está lendo não é um texto qualquer, mas que faz parte de um Thesaurus compartilhado por uma comunidade da qual ele é membro. Dessa vez não há nem mesmo mais possibilidade de contestar a validade do texto em nome de normas que seu autor deveria ter respeitado. Se lemos um romancista contemporâneo desconhecido, podemos julgar seu livro pretensioso, tedioso, mal escrito etc. Mas quando se trata de Molière ou de Balzac, tais julgamentos são considerados inadequados. Da mesma forma, um lacaniano que lê um texto de Lacan não lê apenas um texto de psicanálise, lê um texto que pertence a um Thesaurus, que funda a comunidade à qual pertence ou à qual aspira pertencer. Daí decorre uma leitura muito peculiar, em que é preciso ler ao mesmo tempo um sentido imediato e pensar que esse sentido se abre para outro, mais fundamental e que diz respeito *a mim*, que se trata, de uma certa maneira, de “palavras que nos dizem o que somos e o que temos de ser” (Descombes, 1983, p. 17).

– As sobreleituras

Distinguirei duas grandes modalidades: a superleitura e a hiperleitura.

• A **superleitura** foi definida por F. Cicurel como um tipo de leitura na qual aquele que lê não lê verdadeiramente para si, mas para outros a quem deve prestar contas de sua leitura. Reconhecem-se aí atividades ligadas a estatutos como os de crítico, professor, bibliotecário, perito etc. ou simplesmente de aluno, que deve, por exemplo, redigir um relatório de leitura. O “superleitor” só lê um texto de um certo gênero para produzir a partir dele um outro de outro gênero, que deve estar conforme a um certo número de normas fixadas por um quadro institucional. Essa nova produção deve conduzir a um resultado prático: selecionar um candidato, obter uma avaliação, preparar um catálogo, montar um dossiê etc.

• A **hiperleitura**, como a superleitura, visa produzir um outro texto, nesse caso um comentário, mas dentro de um quadro hermenêutico. O “hiperleitor” deve, ao mesmo tempo, ler o texto, no sentido trivial de uma decifração, mas essa decifração nada mais é que um modo de acesso a uma “leitura”, uma interpretação que revela um sentido oculto elaborado num novo texto. Tais práticas excedem a leitura, não apenas porque há a construção de uma interpretação, mas também porque o percurso do texto supõe na realidade sua confrontação com outros textos do Thesaurus, do mesmo autor ou de outros. Quando um mestre da crítica temática como Jean-Pierre Richard “lê” um poema de Mallarmé, ele o projeta no conjunto da obra para tecer redes de sentidos invisíveis a olho nu: ele não se contenta em decifrar um texto considerado isoladamente.

A interpretação assim produzida, por sua conformidade com as normas da comunidade, deve permitir a legitimação da instituição de que fazem parte o comentador e seu destinatário. A expectativa é de que o hiperleitor faça um comentário que poderia/deveria ser produzido por qualquer membro da comunidade que agisse de maneira plenamente conforme a identidade do grupo. Esse Thesaurus e a comunidade correspondente são na verdade cimentados pela referência a um *hiperenunciador* (Maingueneau, 2004), cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado – no sentido

restrito de uma adequação a um estado de coisas do mundo – mas mais amplamente sua “validade”, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade.

Através de cada interpretação bem-sucedida, o hiperleitor legitima seu próprio lugar, ao mesmo tempo em que relegitima a posição do texto comentado no interior do quadro hermenêutico e, mais que tudo isso, relegitima o próprio quadro hermenêutico. Quem propõe uma interpretação estimulante de um texto literário mostra pragmaticamente, ao mesmo tempo, que é competente, que ocupa legitimamente o lugar que a instituição lhe conferiu, que o texto é rico de sentido, que a literatura é mesmo um discurso constituinte, que diz coisas essenciais. Uma hiperleitura que satisfaz seus destinatários provoca assim um duplo reconhecimento: gratidão e legitimidade. Reconhecimento em relação ao talento do hiperleitor, reconhecimento por este do valor do quadro hermenêutico e da comunidade que lhe está associada. Há aqui um apoio essencial entre instituição e sentido.

Essa grade elementar entre quatro tipos de leitura não reproduz mecanicamente uma cartografia dos discursos, como se todo texto literário exigisse superleituras e todo texto de jornal simples “leituras”. Na realidade, são posições de leitura relativamente independentes do tipo ou do gênero de discurso em questão. Um texto jornalístico pode ser objeto de uma leitura contratual por parte daquele que o comprou, mas também de uma superleitura por parte de um profissional que faz síntese de documentos, e até de uma hiperleitura, caso o autor do artigo seja também um escritor de renome sobre o qual alguém está escrevendo uma tese. Inversamente, muitos textos literários são lidos independentemente de qualquer quadro hermenêutico. Em outras palavras, é preciso considerar ao mesmo tempo a autoridade relacionada ao texto, seu estatuto no interdiscurso e a prática com a qual o leitor está comprometido.

UMA HIPERLEITURA

Para ilustrar um pouco a hiperleitura, exemplificarei com o discurso religioso, evocando o começo de um sermão de Massillon:¹ “Sermão para a festa da Assunção da Virgem Maria: Sobre as consolações e a glória da morte da Virgem Maria” (1835, p. 65-75). Destacarei apenas alguns pontos que interessam nossa problemática.

Na época clássica, um sermão se apoiava no que se chamava então de “texto”, mas que era na realidade uma curta citação da Bíblia. Assim como o Alcorão ou as epopéias de Homero em outras culturas, a Bíblia, do ponto de vista das práticas textuais, funciona como um reservatório de citações. Sua divisão em capítulos e versículos, pela Igreja, consagra seu estatuto de texto que virtualmente pode ser citado do começo ao fim. O volume como um todo é atribuído à responsabilidade de um hiperenunciador, o próprio Deus, ainda que não seja constituído de palavras, emanado diretamente de Deus, mas de textos de autores anônimos ou míticos que pertencem a gêneros de discursos bastante diversos (narrativa histórica, mito, poema, provérbio, coletânea de leis...) escritos em lugares e épocas distintas. Mesmo no Evangelho, Cristo só utiliza o discurso relatado quando se trata de uma hagiografia. Assim, os vários “autores” da Escritura são apenas porta-vozes do único verdadeiro Autor (o Espírito de Deus) que os inspira e afiança o conjunto de seus textos, indiferente à diversidade dos gêneros e das épocas. Sem esse postulado, toda a hermenêutica religiosa ruiria, já que não seria possível ler um fragmento da Escritura, relacionando-o com um outro.

Primeira etapa de sua hiperleitura, Massillon começa lendo o fragmento da Bíblia que escolheu, tirado do *Cântico dos cânticos*, na tradução latina da Vulgata:²

¹ Jean-Baptiste Massillon (1663-1742): oratoriano, professor, bispo de Clermont, um dos mais célebres pregadores do fim do século XVII e começo do século XVIII.

² Trata-se de uma tradução feita por São Jerônimo (342-420) que se impôs no decorrer dos séculos na Igreja. Em 1546, o Concílio de Trento consagrara sua autoridade. “Vulgata” é uma abreviação de “*vulgata editio*” [= “texto popular”].

Filol. lingüist. port., n. 9, p. 279-292, 2007.

Indica mihi quem diligit anima mea ubi pascas ubi cubes in meridie ne
vagari incipiam per greges sodalium
tuorum. (Cântico. 1, 6)

Como se trata de um arquiteito, o texto autêntico só pode ser apresentado em latim, língua da Igreja, própria à palavra de Deus; o desnivelamento entre o latim e o francês bloqueia a possibilidade de uma leitura comum.

Num segundo momento, Massillon faz uma tradução em francês. Aparentemente, é uma concessão feita em intenção dos fiéis não letrados, espécie de restituição em voz alta do sentido decifrado pela leitura. Na realidade, essa “tradução” é uma etapa essencial no processo de hiperleitura: trata-se de restringir as possibilidades infinitas de sentido desse fragmento descontextualizado, preparando a interpretação que vai ser dada em seguida:

Ó vós que sois o bem-amado de minha alma, mostrai-me o lugar de vosso repouso e de vossas pastagens eternas. (Cântico, I, 6)

Num terceiro momento, o comentador explicita sua interpretação, que foi discretamente insinuada na tradução que fez:

Tal é a linguagem da alma fiel na terra. Afastada de seu esposo, do qual as nuvens da mortalidade ainda a separam; não encontrando nada neste mundo que possa consolar seu amor desse afastamento senão a esperança de vê-lo logo terminar; suspirando continuamente pelo feliz momento que deve lhe abrir os céus e mostrar-lhe o Esposo imortal que ela ama; e fazendo da duração e das amarguras de seu exílio o exercício de seu amor, e todo o mérito de sua fé e de sua paciência. *Ó vós que sois o bem-amado de meu coração, mostrai-me o lugar de vosso repouso e de vossas pastagens eternas.* (1835, p. 65)

Como podemos constatar, o hiperleitor não se fecha no texto do *Cântico dos cânticos*. O tratamento da citação que Massillon propõe, instaura, com efeito, uma espécie de polifonia: ele constrói uma posição de enunciação, a da “alma fiel na terra”, igualmente assumida pela esposa do *Cântico dos cânticos* e também pela Virgem do *Evangelho*. Essa polifonia se apóia fortemente nos dêiticos de primeira pessoa: o *mihi* [= “a mim”] vale tanto para a Esposa e Vir-

gem quanto para a “alma”, ou seja, igualmente para os envolvidos no acontecimento comunicacional – o predicador e seus ouvintes –, que fazem ou deveriam fazer parte dessas “almas”.

Tal superposição entre a “alma fiel na terra”, a Esposa e a Virgem Maria não tem na realidade nada de evidente, mas caracteriza o funcionamento normal desse tipo de leitura. De maneira geral, quanto maior a distância entre o fragmento escolhido e o contexto no qual ele é colocado como pertinente, mais o hiperleitor mostra a sua legitimidade, a legitimidade da Bíblia – que aparece rica de sentido e coerente – e, além dela, a legitimidade do conjunto do dispositivo hermenêutico. Por outro lado, a redução da distância atesta a familiaridade do comentador com o livro que tem Deus como hiperenunciador e com a fé que permite uma hiperleitura inspirada, e não apenas uma leitura.

A superposição dessas três vozes não é tampouco evidente do ponto de vista ideológico. O exame dos debates religiosos do fim do século XVII³ nos mostra que a figura da Virgem está, então, no centro de controvérsias maiores: opondo-se à primeira metade do século XVII, quando os católicos tendiam a privilegiar o amor místico através do *Cântico dos cânticos* e a ver na Virgem uma figura intermediária entre a humanidade pecadora e Deus, Massillon, que adota, sobre esse ponto, a posição dos jansenistas, se esforça em trazer a Virgem para a humanidade comum e toma suas distâncias em relação à união mística. A polifonia que ele impõe por sua hiperleitura entre a Esposa do Cântico, a Virgem e “a alma fiel”, ou seja, todos os cristãos, inscreve-se nessa lógica de posicionamento no campo discursivo católico.

A hiperleitura, em princípio, deve também ter um efeito sobre as leituras da Bíblia que podem e devem ser feitas pelos fiéis. Quando o ouvinte ou o leitor de Massillon (ou os que adotam a mesma posição) ler o *Cântico dos cânticos*, ele decifrará as palavras da Esposa como sendo igualmente palavras da “alma fiel” e da Vir-

³ Sobre essas questões, ver Flachaire (1957) e Hoffer (1938).

gem; quando ler no Evangelho as passagens relativas à Virgem, nela verá também a Esposa e a “alma fiel”. Como vemos, a hiperleitura tem uma função ambígua: abrindo naturalmente para o leitor conexões com outros textos, faz proliferar o sentido desse texto, considerado inesgotável, mas constitui também uma maneira de controlar essa proliferação, canalizá-la. Há assim interação entre a leitura que cada um pode fazer na esfera privada e a hiperleitura num quadro institucional. Isso vale igualmente para a leitura que podemos fazer dos textos literários que, na realidade, é profundamente moldada pela instituição escolar.

BIBLIOGRAFIA

- DESCOMBRES, V. (1987) *Proust. Philosophie du roman*. Paris: Minuit.
- _____. (1983) *Grammaire d'objets en tous genres*. Paris: Minuit.
- FLACHAIRE, C. (1957) *La dévotion à la Vierge dans la littérature catholique au commencement du XVIII^e siècle*. Paris: Apostolat de la Presse-Société Saint Paul.
- HOFFER, P. (1938) *La dévotion à Marie au déclin du XVII^e siècle*. Paris: Le Cerf.
- MAINGUENEAU, D. (2004) Hyperénonciateur et participation. *Langages*, 156, p.111-27.
- _____. (1999) Analysing self-constituting discourses. *Discourse studies*, 1, 2, p.175-200.
- _____. (1995) Interprétation des textes littéraires et des textes juridiques. In: AMSELEK, P. (éd.). *Interprétation et Droit*. Bruxelles/Aix: Bruylant et Presses Universitaires d'Aix-Marseille, p. 61-72.
- MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. (1995) L'Analyse des discours constituants. *Langages*, 117, p. 112-25.
- MASSILLON, J.-B. (1835) *Œuvres de Massillon, évêque de Clermont*, t. II. Paris: Lefèvre.
- PRATT, M.-L. (1977) *Toward a speech act theory of literary discourse*. Bloomington: Indiana University Press.

RÉSUMÉ: Cet article réfléchit sur la notion de “lecture” quand celle-ci s'applique à des textes qui relèvent d'un cadre herméneutique, en particulier les textes littéraires, religieux, philosophiques. Pour caractériser les diverses attitudes du lecteur, une distinction est faite entre la “lecture” et la “surlecture”. La lecture peut correspondre à deux pratiques distinctes : la “lecture contractuelle”, qui se contente de lire le texte à travers ses contraintes

MAINGUENEAU, Dominique. Leituras e quadro hermenêutico

génériques, et la “lecture hyperprotectrice”, celle que l’on met en œuvre quand on lit un texte qui appartient au patrimoine culturel. De son côté, la surlecture est censée déboucher sur l’énonciation d’un autre texte ; dans le cas de la “superlecture” on lit pour produire des fiches, des résumés, des compte-rendus... ; l’“hyperlecture”, en revanche, est un commentaire qui s’attache à chercher des significations cachées. Cette dernière pratique est illustrée par l’étude du début d’un sermon d’un prédicateur français du XVIII^e siècle, N. Massillon

MOTS-CLÉS: Discours constitutants; cadre herméneutique; lectures; surlecture.